



BOAS PRÁTICAS

Sinais de consentimento forçado

Suspeita de que grupos étnicos foram coagidos a fornecer dados e amostras biológicas põe em xeque 96 artigos sobre genética forense

O esforço do geneticista e bioinformata Yves Moreau, da Universidade Católica de Leuven, na Bélgica, já levou à retratação de 30 artigos científicos desde 2019. Em comum, os estudos cancelados utilizavam dados genéticos ou biométricos de minorias étnicas e grupos populacionais vulneráveis da China, cuja coleta foi realizada em condições nebulosas. Em alguns casos, não foi possível assegurar que os sujeitos da pesquisa forneceram material biológico de forma voluntária ou que o estudo foi aprovado pelo comitê ético de alguma instituição científica reconhecida. Já outros *papers* estão lastreados por termos de consentimento informado, nos quais os participantes declaram que foram avisados sobre o escopo da pesquisa e que aceitaram participar dela, mas há a possibilidade de que a coleta de dados tenha sido forçada e os documentos de anuência obtidos sob coação, o que os tornaria inúteis. Essa suspeita se baseia no ambiente de repressão política em que as pesquisas foram feitas e na presença de agentes de segurança do Estado entre os coautores dos artigos.

Segundo Moreau, a polícia chinesa se vale de uma base de dados nacional de DNA, de informações biométricas e de métodos de vigilância – tais como câmeras de vídeo e reconhecimento facial – para monitorar a minoria muçulmana uigur na província de Xinjiang, no noroeste do país. A mesma estratégia vale para os habitantes das montanhas do Tibete, região controlada pela China desde a década de 1950. “Isso faz parte da arquitetura do controle social e é uma ferramenta de pressão psicológica eficaz”, disse Moreau ao jornal *The Washington Post*.

Em fevereiro, a revista *Molecular Genetics & Genomic Medicine* anunciou a retratação de 18 artigos apontados como suspeitos por Moreau, reconhecendo “inconsistências entre a documentação de consentimento e a pesquisa relatada”. Outra retratação recente envolveu um trabalho publicado em 2022 na revista *PLOS ONE*, em que pesquisadores chineses coletaram amostras de sangue de centenas de tibetanos e concluíram que marcadores genéticos de seus cromossomos X poderiam ser úteis para identificação forense e testes de paternidade. Moreau alertou os editores da *PLOS ONE* que forças de segurança chinesas poderiam ter participado da coleta de dados, uma vez que organizações de defesa dos direitos humanos haviam denunciado a existência de um programa de coleta compulsória de amostras de DNA de populações tibetanas. O pesquisador pediu que investigassem se houve mesmo o consentimento informado dos indivíduos que cederam amostras de sangue. O artigo foi retratado apenas três meses após o alerta. Segundo nota divulgada pelo periódico, documentos fornecidos pelos autores não foram suficientes para afastar dúvidas sobre a autenticidade do consentimento informado e garantir que o estudo recebeu aprovação ética de comitê regularmente estabelecido.

A rapidez da *PLOS ONE* em analisar o caso não é um padrão entre as revistas científicas. Moreau e seu grupo fizeram alertas semelhantes sobre mais de uma centena de artigos e ao menos 70 deles seguem sendo investigados há mais de dois anos, sem que as publicações cheguem a uma conclusão sobre se devem ser retratados – o argumento é de que os casos são complexos. “A demora excessiva de editores em proferir decisões equivale à má conduta editorial”, disse Moreau, em uma longa reportagem sobre seu trabalho publicada em janeiro na revista *Nature*.

Houve casos em que os editores consideraram a suspeita infundada e encerraram as investigações. A editora MDPI declarou não ter encontrado falhas éticas em sete artigos questionados por Moreau, publicados na revista *Genes*. Um dos artigos investigou as origens genéticas do povo Hui, outro grupo étnico muçulmano do norte da China. Vários autores trabalham para a Academia de Ciências Forenses de Xangai, que é parte do Ministério da Justiça da China. “Não é incomum que a polícia ajude a facilitar a pesquisa forense de genética populacional”, afirmou à *Nature* Dennis McNeven, da Universidade de Tecnologia de

Sydney, na Austrália, coautor de um artigo apontado como suspeito por Moreau. O trabalho em questão foi publicado em 2018 na revista *Scientific Reports* e se baseava na análise genética de 1.842 pessoas de quatro grupos étnicos da China. O artigo segue válido, mas em 2022 a editora Springer Nature fez uma correção removendo dados (anonimizados) de participantes que constavam nas informações suplementares do *paper*, porque não havia consentimento para divulgá-los.

O engajamento de Moreau no combate ao que ele chama de “vigilância genômica” de minorias étnicas começou em 2016, quando o pesquisador soube que o governo do Kuwait lançara um programa para coletar e catalogar perfis genéticos de seus cidadãos e de visitantes. Ele levou o caso à Sociedade Europeia de Genética Humana e pediu que se pronunciasse contra a medida. Com a repercussão negativa, o programa acabou revogado pelo Parlamento do país. No mesmo ano, foi informado de que um programa de catalogação de DNA estava sendo implantado como parte do processo de registro de passaporte em Xinjiang, onde os uigures têm sido alvo de vigilância e detenções em massa. Ele fez um levantamento da literatura científica e encontrou dezenas de artigos que descrevem o perfil genético de grupos étnicos minoritários na China. Também observou que mais de 20% das pesquisas publicadas sobre genética forense populacional na China entre 2011 e 2018 concentraram-se nos uigures, embora eles representem menos de 1% da população.

Em novembro passado, Moreau foi agraciado com um prêmio da Fundação Einstein Berlim por defender “padrões éticos na utilização de dados de DNA humano”, de acordo com a instituição. Uma influência de seu trabalho pode ser notada em mudanças promovidas nas políticas de editoras científicas relacionadas a grupos vulneráveis. A MDPI, embora não tenha retratado nenhum artigo questionado, instituiu em meados de 2021 a exigência de um escrutínio adicional em estudos que envolvam grupos vulneráveis.

A existência de artigos suspeitos levanta uma indagação incômoda: até que ponto dados genéticos obtidos sem consentimento estão disponíveis em grandes repositórios internacionais e são utilizados por outros pesquisadores. Formalmente, registros oriundos de artigos retratados são removidos desses bancos. O Conselho Consultivo de Bases de Dados Forenses, vinculado à Sociedade Internacional de Genética Forense, divulgou um relatório em fevereiro de 2023 sugerindo que o expurgo de dados poderia ser ampliado e que os curadores de repositórios deveriam fazer uma avaliação caso a caso, descartando dados quando há uma chance concreta de não terem sido obtidos com consentimento informado. Um risco desse tipo de medida é tornar os bancos genéticos menos representativos, em prejuízo justamente dos grupos étnicos minoritários que tiveram suas informações descartadas. ■

Fabrizio Marques

Plágio derruba ministra norueguesa que reprimia má conduta de estudantes

Sandra Borch, ministra da Pesquisa e do Ensino Superior da Noruega, renunciou ao posto em 23 de janeiro após ser acusada de plagiar ao menos 20% do conteúdo de sua dissertação de mestrado em direito, defendida há 10 anos na Universidade Árctica da Noruega, sobre a legislação petrolífera do país. “Cometi um grande erro. Usei textos de outras pessoas sem indicar a fonte. Sinto muito”, reconheceu Borch, de 35 anos, que estava no cargo havia cinco meses – antes, fora ministra da Agricultura e Alimentação por dois anos.

A situação da ministra ficou insustentável porque ela liderava a repressão à má conduta acadêmica nas universidades do país e era particularmente implacável com estudantes acusados de plágio. Recentemente, recorreu à Suprema Corte do país para punir estudantes que haviam reciclado textos de sua própria autoria, o que configura

autoplágio, mas tinham sido absolvidos por um tribunal inferior.

O autor da denúncia contra Borch foi um estudante de administração de Oslo, Kristoffer Rytterager, de 27 anos, que expôs em sua conta no X, o antigo Twitter, os resultados de uma verificação de similaridade da dissertação da ministra. “Como alguns alunos estavam sendo punidos por autoplágio, pensei que seria uma boa ideia verificar os trabalhos da própria ministra”, disse Rytterager à agência *Associated Press*. Foram detectados trechos de seis diferentes autores sem a devida atribuição, incluindo partes de duas outras dissertações de mestrado. Até erros ortográficos contidos nos trabalhos originais foram reproduzidos pela ministra.

O primeiro-ministro da Noruega, Jonas Gahr Støre, disse que as ações de Borch “não eram compatíveis com a confiança necessária para ser ministra da Pesquisa e do Ensino Superior”. Mas

em um outro caso de plágio em seu gabinete, Støre manteve no cargo a ministra da Saúde, Ingvild Kjerkol, que também copiou trechos de textos sem atribuir a autoria em sua dissertação de mestrado. O premiê alegou que cabia às universidades, e não aos políticos, julgar delitos acadêmicos. De todo modo, instruiu os demais ministros a procurar indícios de plágio em sua produção científica pregressa, a fim de se antecipar ao escrutínio de jornalistas, estudantes e políticos de oposição. O substituto de Borch, Oddmund Løkensgard Hoel, graduado em letras e literatura nórdica e doutor em história, garantiu à rede de televisão pública NRK que seus trabalhos estão isentos de plágio. “Sempre tomei o cuidado de fazer citações e referências corretamente, seguindo as regras acadêmicas”, disse Hoel, que é professor da Universidade de Ciências Aplicadas do Oeste da Noruega e editor da revista acadêmica *Heimen*.

Museu de universidade norte-americana devolve peças pilhadas da Grécia

A Universidade Emory, na cidade de Atlanta, dos Estados Unidos, chegou a um acordo com o Ministério da Cultura da Grécia para devolver três artefatos da coleção do Museu Michael C. Carlos, vinculado à instituição. Um dos objetos é uma estátua de mármore de uma deusa, adquirida pelo museu em 2002 de um colecionador nova-iorquino, mas que foi encontrada em escavações irregulares realizadas na década de 1990 e exportada ilegalmente. Outro artefato é uma banheira, também adquirida em 2002, que o museu acreditava pertencer a um colecionador desde a década de 1960, mas que foi levada aos Estados Unidos pelo traficante de antiguidades Gianfranco Becchina, condenado em 2017 na Grécia. O terceiro objeto é uma escultura de mármore de uma figura masculina sentada, comprada de um negociante em 2003 e sem procedência conhecida, mas que aparece em fotos de polaroide de uma escavação ilegal na Grécia em 1989. “Estava bem documentado que esses objetos tinham sido exportados ilegalmente da Grécia”, disse Lina Mendoni, ministra da Cultura da Grécia, ao assinar o acordo na universidade norte-americana, de acordo com o site ArtsATL. “Esperamos que outras instituições do exterior sigam o exemplo do Museu Carlos, que procurou resolver o problema por meio do diálogo e do espírito de cooperação”, afirmou. O diretor do museu, Henry Kim, destacou que a devolução dos artefatos pilhados faz parte de um acordo de cooperação, por meio do qual a instituição receberá peças por empréstimo de museus gregos para compor futuras exposições.

CONTEÚDO EXTRA

Conhece a nossa newsletter de integridade científica?



Entre no QR Code para assinar nossas newsletters

